

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : ROGÉRIO DE LUCA E OUTRO(S) - SC005139
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL
ADVOGADO : IAN BUGMANN RAMOS E OUTRO(S) - SC015862

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. REPARTIÇÃO DE RECEITAS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 460, 468 E 469 DO CPC/1973, BEM COMO DOS ARTS. 9º. E 35 DA LEI 4.320/1964. APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF/1988 INDICADA NO RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE DE CONHECIMENTO. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. AGRAVO INTERNO DO ENTE ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. A parte agravante não demonstrou em que consiste a ofensa ao art. 535, I e II do CPC/1973, pois se limitou a alegar de forma genérica a existência de supostas omissões no aresto recorrido, sem a indicação específica dos pontos sobre os quais o julgador deveria ter se manifestado e sua importância para a resolução da causa, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia.

3. Incide, portanto, a aplicação do óbice previsto na Súmula 284/STF, segundo a qual *inadmissível o Recurso Extraordinário quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*. Julgados: AgRg no REsp. 1.539.743/MG, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.10.2015; AgRg no AREsp. 533.421/PE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 13.3.2015.

4. Quanto aos arts. 460, 468 e 469 do CPC/1973, bem como aos arts. 9º. e 35 da Lei 4.320/1964, verifica-se que não houve prequestionamento, pois o acórdão recorrido não se manifestou sobre os temas neles tratados. A jurisprudência desta Corte considera que a ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula/STJ.

5. De todo modo, a controvérsia foi dirimida pela

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Corte de origem com motivação eminentemente constitucional, mormente nos arts. 158, IV, 204 e 215, § 6o. da CF/1988. A própria pretensão recursal se fundamenta na interpretação da ADI 2005.008700-7, na qual se discutiu a constitucionalidade da Lei Estadual 13.336/2005, e o Recurso Especial aponta violação dos arts. 215 e 216, § 6o. da CF/1988. Assim, é inviável a modificação das conclusões do acórdão recorrido nesta instância, sob pena de usurpação da competência do STF.

6. Agravo Interno do Ente Estadual a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator